

STF mantém Moraes, Zanin e Dino no julgamento

Corte agendou apreciação do núcleo dois da tentativa de golpe

Por Karoline Cavalcante

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria nesta quarta-feira (19) para rejeitar os recursos apresentados pelas defesas do ex-presidente Jair Bolsonaro e dos generais Walter Braga Netto e Mário Fernandes, três dos denunciados pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, por tentativa de golpe. As defesas tentavam impedir a participação dos ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Flávio Dino no julgamento. Além disso, a Corte confirmou a competência da Primeira Turma, e não do plenário, para analisar o caso.

O relator dos quatro requerimentos, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, teve seu voto acompanhado por seis ministros: Gilmar Mendes, Flávio Dino, Dias Toffoli, Edson Fachin e Cármen Lúcia. Nos processos relacionados a Zanin, o próprio foi declarado impedido de votar, assim como Moraes e Dino nas ações que envolvem seus nomes. A análise do caso está sendo realizada de forma virtual, e os ministros Luiz Fux, Nunes Marques e André Mendonça ainda podem registrar seus votos no sistema eletrônico até as 23h59 desta quinta-feira (20).

Decisões anteriores

Em decisões monocráticas anteriores, Barroso já havia negado os pedidos das defesas dos investigados para afastar os ministros envolvidos. A defesa de Bolsonaro alegou que Zanin, por ter sido advogado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), não teria imparcialidade



Gustavo Moreno/STF

Primeira Turma julgará Bolsonaro e os demais denunciados

para julgar o caso. No caso de Flávio Dino, os advogados argumentaram que ele deveria ser impedido de atuar por ter apresentado uma queixa-crime contra Bolsonaro quando era ministro da Justiça e Segurança Pública.

Barroso também rejeitou o pedido da defesa de Braga Netto para afastar o ministro Alexandre de Moraes, sob o argumento de o magistrado ser uma das vítimas da suposta trama golpista e que, por isso, não poderia atuar no julgamento, já que teria se tornado parte do processo. Em dezembro de 2024, o plenário do STF já havia decidido manter Moraes como relator da investigação sobre o golpe.

Julgamento

O julgamento envolvendo Bolsonaro e os outros 33 acusados está marcado para as próximas terça (25) e quarta-feiras (26), quando a Primeira Turma do STF se reunirá presencialmente

para analisar as denúncias. Neste momento, será decidido se os réus serão formalmente processados e se responderão criminalmente pelos fatos.

Nessa primeira leva de denunciados, o STF analisará o “núcleo um”, composto por membros do alto escalão do governo e das Forças Armadas, que seriam, na avaliação de Gonet, os principais comandantes da tentativa de golpe. Além do ex-presidente, fazem parte do grupo o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem; o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; o ex-ministro da Justiça Anderson Torres; o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno; o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro e colaborador da Justiça tenente-coronel Mauro Cid; o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira e o ex-ministro da Casa Civil e candidato a vice-

presidente da chapa de Bolsonaro em 2022, general Walter Braga Netto.

Núcleo Dois

Também foi agendado para o dia 29 e 30 de abril, a análise do “núcleo dois”, formado por colaboradores importantes da tentativa de golpe. Integram o grupo os ex-assessores de Bolsonaro, Filipe Martins e Marcelo Câmara; o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques; o general do Exército Mário Fernandes, e os ex-integrantes da Secretaria de Segurança do Distrito Federal Marília de Alencar e Fernando de Sousa Oliveira.

Se a denúncia for confirmada e os réus forem condenados, as penas podem envolver a liderança de uma organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Douglas Gomes/liderança do Republicanos



Pereira ficou irritado com Silas Malafaia

Briga entre aliados complica destino da anistia

A troca de ofensas entre o pastor bolsonarista Silas Malafaia e o presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), complicou ainda mais a tramitação do projeto de anistia para acusados e condenados pela tentativa golpista.

Tido como fundamental à causa da anistia, o presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), ficou irritado com as

críticas que sofreu de Malafaia e chutou o balde. Em post, tornou pública uma posição que há meses defendia nos bastidores: advogado, afirma ser impossível anistiar quem ainda não foi condenado. Uma posição que classificou de técnica.

O Republicanos é o partido do presidente da Câmara, Hugo Motta (PB), e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

No vácuo

O argumento complica ainda mais a proposta e, em particular, a situação de Jair Bolsonaro, que ainda nem é réu no Supremo Tribunal Federal. Pela lógica de Pereira, o ex-presidente não poderia ser anistiado. Na quarta passada, eles conversaram sobre a anistia

‘Cretino’

Antes, em entrevista à CNN, Pereira disse que a bancada de seu partido tende a ser a favor da anistia, mas ressaltou que o tema “contaminava” o debate pré-eleitoral e a governabilidade. Irritado, Malafaia publicou vídeos em que chama Pereira de cretino.

Tânia Rego/Agência Brasil/Arquivo



Pressa de Bolsonaro ajudou na confusão

Planalto aplaude disputa entre bolsonaristas

O pastor afirmou que o agora adversário, bispo da Igreja Universal, envergonha a denominação e os evangélicos. Na resposta, o deputado disse que Malafaia exala ódio e o comparou a um “Rasputin Tupiniquim”. Ressaltou que nunca falou contra ou a favor da anistia. O Planalto acompanha de

camarote a divisão entre bolsonaristas e evangélicos (Malafaia é da Assembleia de Deus Vitória em Cristo). Para um petista de bom trânsito com o governo, Bolsonaro, com medo de ser condenado e preso, exagerou ao pisar no acelerador da campanha pela anistia, e acabou provocando colisões entre aliados.

Termômetro

A reunião do colégio de líderes da Câmara, hoje, servirá para medir a temperatura em relação ao tema. O PT aposta que Hugo Motta não vai aceitar a pressão do PL para pautar a votação do regime de urgência para a anistia. “Ele não vai brigar com o STF”, diz.

Semana

A briga com Pereira é outro fato negativo para Bolsonaro. Domingo, ele reuniu menos gente que esperava e ainda foi fotografado sob uma faixa contra a anistia. Na terça, seu filho Eduardo, que não foi indiciado, anunciou que ficaria nos Estados Unidos.

Aposta

Já o governo aposta muitas fichas no aumento da isenção do imposto de renda. Avalia que a medida terá efeito positivo principalmente entre setores da baixa classe média que odeia o petismo e que, nos últimos anos, tem servido de trincheira para Bolsonaro.

Calos

Mas o X da questão ainda é o preço dos alimentos, o governo sabe que a maioria da população não engole a história de que o problema é causado por questões internacionais. Outro impasse é no tema da segurança pública, em tese, de responsabilidade do estados.

Orçamento corre para ser votado nesta quinta-feira

Por Gabriela Gallo

Após ser adiado diversas vezes, o Orçamento da União 2025 deve ser finalmente votado nesta quinta-feira (20). Pelo menos, essa é a previsão. A votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) ocorrerá pela manhã e está agendada uma sessão conjunta no plenário do Congresso Nacional, às 15h, para votar o tema. A informação foi divulgada pelo relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2025, senador Angelo Coronel (PSB-BA), nesta quarta-feira (19).

Inicialmente, estava previsto discutir primeiro a tramitação na reunião de líderes nesta quarta. Com isso, o relatório de Angelo Coronel seria lido na CMO na quinta, e a votação ocorreria somente na sexta-feira (21). A reunião de líderes foi cancelada e adiada para a manhã desta quinta-feira. O que levou à especulação de novo adiamento.

Contudo, ao final trabalhou-se no sentido contrário. Segundo Angelo Coronel, o relatório final será publicado entre 23h e meio noite de quarta (19) para quinta-feira (20). Está previsto para o senador ler o relatório final do Orçamento da União nesta quinta-feira, onde os demais membros da comissão apresentarão destaques ao texto, os parlamentares discutirão o texto e votarão o orçamento. “Estamos trabalhando para



Saulo Cruz/Agência Senado

Coronel acelerou ações para votar tudo na quinta

resolver tudo [nesta quinta-feira]. É uma peça que já está com muito atraso. [Mas] foi bom esse atraso porque deu tempo do governo modificar várias rubricas, inclusive até [quarta-feira], veio um ofício do governo solicitando modificações”, disse Coronel, se referindo a um ofício do governo federal solicitando mudanças no repasse de R\$ 150 milhões ao Banco Central (BC) para o desenvolvimento do sistema Pix.

Caso o Orçamento não seja decidido até esta sexta-feira (21), a votação deve ser adiada para a primeira semana de abril. Isso porque na próxima semana os presidentes do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara dos

Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), viajarão com o Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em uma visita para o Japão. Eles estarão ausentes a semana toda.

Atraso

Inicialmente, o Orçamento deveria ter sido votado em 2024. Porém, devido a falta de acordo entre os poderes, o tema foi adiado para este ano, especialmente devido a falta de acordo quanto a transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares.

Todavia, o relator considera que o atraso não foi um ponto negativo para o governo federal. “Esse atraso foi muito bom para o poder Executivo porque deu tempo de ajustar o orçamento

que já tinha sido enviado e deu tempo [de corrigir] a inflação e com isso, o governo ficou ‘no lucro’ porque deu tempo de fazer as devidas alterações até quarta”, ressaltou Coronel.

Dentre um dos pontos que teve que ser alterado no texto, que beneficiou o governo, foi o reajuste do salário-mínimo. Quando o relatório inicial do orçamento foi elaborado o salário-mínimo era de R\$ 1.412. Atualmente, após reajustes, o valor está em R\$ 1.518 – um dos motivos que atrasou a elaboração do relatório final da LOA para 2025.

Dentre os pedidos do governo que atrasaram a votação estão os ofícios que solicitam remanejo de recursos para o programa Auxílio Gás. Além disso, o Executivo também pediu que o programa social Pé-de-Meia (que paga mensalmente R\$ 200 a estudantes do ensino médio na rede pública, para evitar evasão durante o exercício de 2025”, mas já constasse no Orçamento. A medida visa evitar eventuais novos problemas com o Tribunal de Contas da União (TCU), que quase barrou o programa neste ano por ele não constar no Orçamento da União.

No caso de servidores públicos federais, o relator confirmou que eles não ficarão no prejuízo porque o orçamento 2025 “está dando poderes para retroagir a janeiro o pagamento do aumento dos servidores públicos federais”.